

HABEAS CORPUS Nº 493.744 - SP (2019/0045216-8)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
VANESSA PIZARRO RIGUETE CORREA PORTO - SP327795
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : RAFAEL DA SILVA CRUZ (PRESO)

EMENTA

HABEAS CORPUS. ROUBO MAJORADO. CONDENÇÃO. FIXAÇÃO DO REGIME PRISIONAL SEMIABERTO. REITERAÇÃO DO PLEITO FORMULADO NO HC N.º 477.030/SP. LITISPENDÊNCIA. PETIÇÃO INICIAL LIMINARMENTE INDEFERIDA.

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de RAFAEL DA SILVA CRUZ contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo proferido na Apelação n.º 0016686-19.2016.8.26.0451.

Consta nos autos que o Paciente foi denunciado pela suposta prática do delito tipificado no art. 157, § 1.º e § 2.º, inciso II, do Código Penal (roubo majorado pelo concurso de pessoas e com posterior emprego de violência para assegurar o sucesso da empreitada criminosa).

O Juiz processante, entendendo que a prova colhida seria insuficiente para a condenação, absolveu o Paciente, nos termos do art. 386, inciso VII, do Código de Processo Penal (fls. 20-23).

Irresignada, a Acusação interpôs recurso de apelação, que foi provido pelo Tribunal de origem para condenar o Acusado às penas de **5 (cinco) anos e 4 (quatro) meses de reclusão, no regime inicialmente fechado, e 13 (treze) dias-multa** (fls. 37-51).

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados (fls. 59-65).

Nas razões deste *writ*, alega a Impetrante que não houve fundamentação idônea para a fixação do regime fechado para início de cumprimento da pena.

Requer, liminarmente e no mérito, a transferência do Paciente para o regime semiaberto.

É o relatório.

Decido.

Verifico que o presente *habeas corpus* veicula mera reiteração de pedido já formulado no **HC n.º 477.030/SP**, em que o pleito liminar foi indeferido.

A presente impetração, portanto, é mera **reiteração** de pedido anterior, em que há identidade de partes, de pedido e de causa de pedir, além de impugnarem ambas **o mesmo acórdão e a mesma matéria**.

Ocorre que não podem ser processados nesta Corte, concomitantemente, *habeas corpus* nos quais se constata **litispendência**, instituto que se configura exatamente quando há igualdade de partes, de objeto e de causa de pedir.

Assim, concluo pela inadmissibilidade do *mandamus*, porquanto "*não pode ser conhecida a impetração que veicula mera reiteração de pedido já formulado em writ anteriormente impetrado nesta Corte*" (AgRg no HC 286.354/AC, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 15/05/2014, DJe 23/05/2014).

No mesmo sentido, v.g.: RCD no HC 423.298/SP, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 28/11/2017, DJe 04/12/2017; AgRg no HC 404.890/SP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 21/11/2017, DJe 27/11/2017.

Ante o exposto, com base no art. 34, inciso XX, e art. 210, ambos do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, INDEFIRO LIMINARMENTE a petição inicial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 15 de fevereiro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora